

etrelados na data de início, descontados pelo taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. E mensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores, que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercitará um opção de compra, extensões ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para a arrendamento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento com essa mesma nomenclatura no balanço patrimonial. **(iv) Como arrendamento** - A Companhia possui propriedades para investimento (incluindo explicitativa 18), e recebe arrendamentos mensais conforme cronogramas contratuais. As receitas de arrendamento são contabilizadas em bases lineares no resultado do exercício e apresentadas na rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" no resultado do exercício. **8.21. Demonstração do valor adicionado (DVA)** - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC-09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAP, não sendo requeridas para companhias de capital fechado, mas somente a companhias abertas. **9. Normas novas ou revisadas** - Uma série de novas normas contábeis serão emitidas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O IFRS 18 substituiu o CPC 26/IFRS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudou.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa no apêndice fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e das divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". Ao longo do exercício de 2025, foram implementadas melhorias no plano de contas da Companhia, principalmente no que tange a forma de contabilização das variações cambiais, segregando de forma detalhada os efeitos decorrentes de contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos, bancos, corretores, dentre outros. **b. Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza alterações nos IFRS 9 e IFRS 7.

10. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: a. Caixa e equivalentes de caixa - Incluem caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e aplicações financeiras. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de caixa	1.069.566	393.086	1.390.393	492.981
Caixa.....	18	14	76	136
Bancos.....	4.756	9.853	92.993	82.061
Aplicações financeiras.....	1.044.792	383.219	1.297.324	410.784

A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo para atender a demanda de aquisição de matéria-prima, com rendimentos atrelados ao percentual de até 103% do CDI (102,2% em 31 de dezembro de 2024). Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são prontamente convertíveis em caixa e não há caixa restrito que tenha sido dado como garantia para operações de empréstimos e financiamentos.

b. Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras.....	43.848	306.637	43.848	306.637
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs).....	356	149.236	356	149.236
Certificados de Depósito Bancário (CDBs).....	50.503	50.503	50.503	50.503
Letras Financeiras (LFs).....	43.492	106.898	43.492	106.898

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata no fundo de investimento exclusivo CS. A Avaliação Bee Fundo de Investimento Financeiro – Multimeritador Crédito Privado, administrado pela Credit Suisse, com rendimentos atrelados ao percentual do CDI, cuja performance de rentabilidade até dezembro/25 foi de 10,1% do CDI. Não há prazo de carência para resgate das quotas, ou seja, podem ser resgatadas em 0+0. O fundo de investimento não tem obrigações significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas.

11. Estoques:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Estoques	311.262.025	311.262.025	311.262.025	311.262.025
Matérias-primas.....	162.441	156.074	252.770	162.291
Produtos em elaboração.....	61.589	65.888	62.490	64.629
Produtos acabados.....	115.946	115.362	185.510	151.562
Créditos de descarbonização - CBOS.....	18.584	47.741	19.438	47.741
Total.....	358.556	385.065	520.208	426.523

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque e de ajuste ao valor realizável líquido está evidenciada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para perdas	Provisão para obsolescência	Provisão para obsolescência	Provisão para obsolescência	Provisão para obsolescência
Saldo em 01 de janeiro de 2025.....	(2.246)	(2.246)	(2.246)	(2.246)
Saldo oriundo de combinação de negócios.....	-	-	-	-
(-) Novas provisões.....	(2.032)	(21.749)	(3.651)	(22.053)
(-) Reversões.....	858	22.019	2.246	22.019
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	(3.420)	(21.749)	(4.059)	(22.053)

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para perdas	Provisão para obsolescência	Provisão para obsolescência	Provisão para obsolescência	Provisão para obsolescência
Saldo em 01 de janeiro de 2024.....	(3.105)	(3.105)	(3.105)	(3.105)
(-) Novas provisões.....	(2.246)	(22.019)	(3.105)	(22.019)
(-) Reversões.....	3.105	2.801	3.105	2.801
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	(2.246)	(22.019)	(2.246)	(22.019)

A Companhia considera uma provisão para estoques obsoletos à medida que itens de estoque fiquem sem movimentação por um ciclo completo de dois anos. No que tange aos estoques de CBOS, o valor realizável líquido é determinado com base no preço de venda dos CBOS na B3 ao final de cada período, deduzido dos custos que são estimados para concretizar a venda dos CBOS. *Créditos de descarbonização - CBOS* - A política Nacional de Bioeconomia (Renovbio), instituída pela Lei nº 13.576/2017 tem como principal instrumento o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética do país. A Bee S.A., desde novembro de 2019, está autorizada pela Renovbio, estando habilitada a participar do mercado de CBOS (créditos de descarbonização), desde então, o poder do proceder com a emissão de pré-CBOS em CBOS. No que tange as controladas, a Bee Santo Antônio do Tauá Ltda., está certificada pela Renovbio desde 12 de julho de 2024. Em 2025, a Bee Nova Marilândia Ltda., e a Bee Florianópolis, também tiveram suas certificações no Renovbio concluídas, estando habilitadas a participar do mercado de CBOS desde 15 de dezembro e 15 de dezembro, respectivamente. O CBIO é gerado a partir de um coeficiente aplicado sobre menores cálculos de biocombustível vendido para usina produtora. Na mensuração inicial, a Companhia reconhece os CBOS gerados pelo custo que se equivaile ao valor justo considerando preços divulgados pela B3 na data de reconhecimento e tomando em consideração o custo do estoque do CBIO. Ao final de cada período, a Companhia efetua uma análise do valor realizável líquido dos estoques de CBOS, considerando o valor justo menos as despesas de vendas e custos máximas para concretizar a venda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o efeito da mensuração inicial dos CBOS pelo custo foi de R\$ 51,748 (R\$ 77.011 em 31 de dezembro de 2024). Na controladora e de R\$ 142,771 em 31 de dezembro de 2025, na demonstração do resultado. Esse efeito é reconhecido na rubrica de "custos dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados", na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida obtida pela venda dos CBOS foi de R\$ 45,418 (R\$ 15,591 em 31 de dezembro de 2024) na controladora, e de R\$ 46,558 (R\$ 15,591 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

12. Impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar: a. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a recuperar - Circulante	511.168	422.456	942.133	463.252
Imposto de renda retido na fonte.....	9.332	19.551	13.137	19.772
PIS e COFINS (I).....	495.504	404.187	887.210	409.693
ICMS.....	5.650	3.306	25.051	23.670
Outros.....	377	25	16.408	295
Restregia.....	305	387	327	387
PIS/COFINS (II).....	113.132	112.633	324.435	114.297
Impostos a recuperar - Não circulante	624.089	540.089	1.266.568	566.054
ICMS.....	27.288	25.722	246.690	88.297
Total.....	1.135.257	962.545	2.208.701	1.029.306

PIS e COFINS - Em 31 de dezembro de 2025, na Controladora, a Companhia possui a título de PIS e COFINS a recuperar o montante total de R\$ 581.348 (R\$ 491.098 em 31 de dezembro de 2024). Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu ressarcimentos em caixa referentes a PIS/COFINS no valor de R\$ 190.347. A operação gerou novos créditos durante o exercício, comatos sobre a aquisição de insumos e créditos presumidos de ressarcimento no total de R\$ 223.964, e ainda resta solicitar apresentou junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil pedido de ressarcimento no total de R\$ 223.964, e ainda resta solicitar

Saldo em 01 de janeiro de 2024..... **1.410.256**
Monetizações que afetaram o fluxo de caixa..... **(669.661)**
Ingressos de empréstimos..... **511.887**
Amortização de empréstimos..... **(1.027.587)**
Amortização de passivos de arrendamento..... **(173.955)**
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures..... **(137.497)**
Monetizações que não afetaram o fluxo de caixa..... **9.989**
Ingressos pela aquisição de controlada..... **(8.846)**
Custos de transações..... **157.777**
Ingressos sobre passivo de arrendamento..... **-**
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures..... **-**
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior..... **-**
Juros sobre passivo de arrendamento..... **(1.434)**
Hedge valor justo..... **-**
Dividendos e juros sobre capital próprio..... **858.092**
Saldo em 31 de dezembro de 2024..... **27.556**

a. Garantias nos empréstimos - Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui estoques fiados em garantia, recebíveis e análise por parte relacionada. **b. Aplicações financeiras vinculadas** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui aplicações financeiras vinculadas a alguns contratos de empréstimos de capital de giro e contrato de prestação de garantia de fiança (CfG), conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	52.200	107.386	52.205	107.386
Aplicações financeiras vinculadas.....	52.200	107.386	52.205	107.386
Não circulante	229.913	15.153	229.913	15.153
Aplicações financeiras vinculadas.....	229.913	15.153	229.913	15.153
Total.....	282.113	122.539	282.118	122.539

c. Cláusulas restritivas contratuais (Covenants) - Determinados contratos firmados pela Companhia estabelecem a observância de índices financeiros (Covenants). Com base nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os índices apurados são apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	1.20	1.20	1.20	1.20
Índice de cobertura de juros (EBITDA / despesas financeiras líquidas)	1.50	1.50	1.50	1.50
Índice de alienação (Divida líquida / EBITDA)	3.00	3.00	3.00	3.00
Os índices acima são medidos anualmente ao final de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com suas cláusulas restritivas contratuais (Covenants). 14. Receita líquida de vendas - A Companhia obtém suas receitas principalmente na venda de produção própria e operações de compra e venda de mercadorias, classificadas conforme e quanto abaixo:				
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas para o mercado interno	6.751.585	6.096.975	8.779.695	6.236.138
Receita líquida de vendas para o mercado externo.....	658.667	631.151	1.216.369	1.099.925
Total.....	7.410.252	6.728.126	10.006.065	7.336.063

Abaixo está apresentada a receita líquida de vendas no mercado interno e no mercado externo.

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas para o mercado interno	6.751.585	6.096.975	8.779.695	6.236.138
Receita líquida de vendas para o mercado externo.....	658.667	631.151	1.216.369	1.099.925
Total.....	7.410.252	6.728.126	10.006.065	7.336.063

Atribuição de deduções de vendas possui a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos sobre vendas (I)	912.032	625.134	1.209.435	836.023
Ajuste a valor presente.....	(21.001)	(28.840)	(27.001)	(28.840)
Adicionalmente, descontos e devoluções e comissões.....	(23.400)	(66.631)	(30.617)	(66.631)
Total.....	(92.433)	(96.665)	(1.267.053)	(95.338)

A partir de 01 de maio de 2023, as operações de venda de Biodiesel passaram a ser regidas pelo Convênio 199/2022, o qual estabelece que o ICMS é tributado na modalidade monofásica e uniforme em todos os estados. A Companhia passou a adotar o convênio no referido período, onde o ICMS é tributado a R\$ 0,9456 o litro e diferido parcialmente em 33,33%. A partir de 02/2024 a tributação passou de R\$ 0,9456 para R\$ 1,0635 sendo mantido até 02/2025 onde foi alterado novamente para R\$ 1,12. A partir de 01/01/2026, a tributação passou a ser de R\$ 1,17 por litro. Abaixo apresentamos a receita líquida desagregada por seus principais produtos:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Biodiesel	5.398.308	4.477.708	7.291.444	4.540.111
Bee Nova Marilândia Ltda.....	2.059	53	1.907	53
Óleo de soja.....	1.550.005	1.733.164	1.610.480	1.922.529
Óleo de soja degomado.....	13.852	29.102	8.930	35.623
Glicerina.....	290.551	123.049	719.512	296.371
Outros produtos.....	45.418	15.591	46.556	15.591
Total.....	7.410.252	6.728.126	10.006.065	7.336.063

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de pagamento de impostos e de impostos de vendas, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de produto / serviço	Mentura e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Biodiesel	As vendas de biodiesel são efetuadas diretamente para as distribuidoras, em mercado livre. As distribuidoras obtêm o controle do produto quando os produtos são retirados das dependências da Companhia ou quando da entrega dos produtos nas dependências do cliente, conforme negociação entre as partes. Elas devem ser pagas, normalmente, em um prazo médio de 15 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo este quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia ou quando da sua entrega nas dependências do cliente. A cada final de período, a Companhia avalia a reconhecida de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. Usualmente, não há devoluções de biodiesel.
Farelo de soja, óleo de soja, depreciação, glicol, rina e outros produtos	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à extração (farelo de soja e outros), o cliente obtém controle dos produtos vendidos quando os mesmos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são em torno de 2(dois) a 5 (cinco) dias. Desta forma, a receita de vendas é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal de venda e pode não coincidir com o momento de entrega ou embarque dos produtos.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. O valor da receita reconhecida é também estimado para as devoluções eventualmente ocorridas.